



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15589 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES INICIANTES VIA ENSINO COLABORATIVO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO

Ana Carolina de Souza Silva - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Maria Joselma do Nascimento Franco - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEPE

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES INICIANTES VIA ENSINO COLABORATIVO: PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é recorte de uma pesquisa maior intitulada “O Ensino Colaborativo enquanto estratégia de Formação Continuada para Professores Iniciantes que atuam com crianças com Transtorno do Espectro Autista”, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco-Centro Acadêmico do Agreste (PPGEduC/UFPE/CAA). Articula-se ao Grupo de Pesquisa Ensino, Aprendizagem e Processos Educativos (GPENAPE) e ao Grupo de Estudos em Formação de Professores e Educação do Campo (GEFPECampo).

O estudo tem como **objeto** o Ensino Colaborativo enquanto estratégia de formação continuada de professores iniciantes com vistas a inclusão de crianças com autismo. Defende-se que pensar em inclusão escolar é pensar na constituição de uma escola democrática, justa e equitativa buscando o aprofundamento das discussões acerca da construção de uma cultura escolar inclusiva orientada pela colaboração. Essa construção é pensada no interior das escolas, junto com

professores e demais profissionais que a compõem.

O Ensino Colaborativo se orienta a partir de uma filosofia de trabalho que contempla tanto a concepção de prática docente quanto a concepção de Educação Inclusiva numa perspectiva crítica para que se construa uma experiência conjunta de trabalho pedagógico com vistas à inclusão (Rabelo, 2012). Trata-se, pois, de uma atitude filosófica que se propõe a investigar e elaborar respostas para os desafios presentes na transformação da escola para torna-la acolhedora à diferença.

Nesta direção, a pesquisa tem como **objetivo**: Levantar indícios dos princípios orientadores para a formação continuada de professores, via Ensino Colaborativo, com vistas à inclusão de crianças com autismo. Tem-se enquanto especificidade da pesquisa, a investigação acerca da formação continuada de professores enquanto profissionais iniciantes, compreendido a partir de Veenman (1988) enquanto os primeiros cinco anos de atuação dos profissionais na escola, após a formação inicial.

Entretanto, o período inicial da docência não se trata apenas da dimensão quantitativa, mas da intensidade com que o profissional vivencia este momento, marcado por dúvidas e incertezas. (Marcelo García, 1999; Huberman, 2013, Gouveia et al., 2023).

O desenvolvimento da pesquisa aponta para a urgência de ações de acompanhamento aos professores recém chegados à escola, via formação continuada, considerando suas demandas, às inseguranças dos professores frente aos desafios da atuação docente na perspectiva inclusiva.

A seguir, é apresentado o desenvolvimento e os achados da pesquisa até o presente momento, tendo enquanto direcionamento a articulação entre formação continuada de professores iniciantes, via Ensino Colaborativo para inclusão de crianças com autismo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Reflexões acerca da formação de Professores Iniciantes para Educação Inclusiva

A garantia da permanência e do sucesso educacional de estudantes com deficiência nas escolas de ensino comum, só é possível a partir de estratégias que atendam as especificidades deste público numa perspectiva de equidade (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2022).

Segundo Glat (2018) o despreparo e o sentimento de insegurança dos professores para atender as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, têm sido a maior barreira para efetivação da Educação Inclusiva. O desenvolvimento de pesquisas científicas que busquem identificar e responder as demandas formativas dos professores do ensino comum, especificamente de profissionais iniciantes, indica o compromisso social, profissional e acadêmico para com de inclusão escolar de crianças com autismo, mas também de todas as crianças.

Nesta direção a formação continuada é assumida enquanto “conjunto de atividades desenvolvidas pelos professores em exercício com objetivo formativo, realizadas individualmente ou em grupo, visando tanto o desenvolvimento pessoal como o profissional” (Almeida, 2007, p. 126), trata-se de um *continuum* articulado pelo processo formativo permanente que os professores vivenciam ao longo de toda sua carreira profissional.

No contexto desta pesquisa, a atuação se dá com professores iniciantes, posto que nesse período de desenvolvimento, os profissionais deparam-se com as demandas da profissão, inseridos em seus contextos específicos de atuação, na mesma medida em que experienciam seu próprio desenvolvimento profissional por meio da prática (Huberman, 2013, Gouveia et al., 2023). Dentre as demandas com as quais os professores iniciantes necessitam lidar, está o paradigma da Educação Inclusiva.

Para Glat (2018, p. 14) “quando se discutem as dificuldades de implementação da Educação Inclusiva, o foco, geralmente, recai sobre o despreparo técnico e emocional dos professores em receber alunos com deficiências e outras condições atípicas em suas classes”. Essa falta de preparo é vivida de maneira mais intensa por profissionais recém saídos da formação inicial, que ainda não têm sua identidade profissional firmada.

A qualificação docente é um elemento fundamental para efetivação da inclusão escolar, e a formação continuada experienciada no cotidiano, a partir de uma prática reflexiva e colaborativa, pode contribuir para uma atuação profissional inclusiva (Glat, 2018). Se faz necessário, diante dessa realidade, a elaboração de estratégias de acompanhamento desses profissionais tendo em vista tanto seu desenvolvimento enquanto professores, quanto o fortalecimento da prática docente inclusiva via formação permanente e colaborativa. Neste sentido, o Ensino Colaborativo é uma possibilidade de garantia da formação contínua de professores a partir das experiências da cotidianidade.

O Ensino Colaborativo envolve a parceria de dois professores ou mais, sendo um o professor do ensino comum e outro o professor da Educação Especial,

que atuam colaborativamente nas atividades de planejamento, realização e avaliação do ensino de todos os estudantes (Vilaronga, 2014). Destaca-se também como uma filosofia de trabalho a serviço do apoio à inclusão escolar, realizado de forma conjunta ao apoio oferecido via atendimento educacional especializado.

A articulação entre dois profissionais proporciona oportunidade de formação continuada a partir do compartilhamento de saberes e procedimentos metodológicos, e viabiliza processos inclusivos bem estruturados que possibilitem estratégias de ação pedagógica para inclusão de crianças com autismo. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que apresenta prejuízos na comunicação e interação social recíproca e padrões repetitivos ou restritos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2014).

Atuar com crianças com TEA requer sensibilidade da parte dos professores, mas também conhecimento técnico e pedagógico para o desenvolvimento de um trabalho que enxergue os estudantes como protagonistas de seu processo de aprendizagem, que possuem capacidades, habilidades e perfis diversos e que seja alimentadora das potencialidades do estudante em seu processo de desenvolvimento educacional e humano.

Isso posto, destaca-se a relevância do desenvolvimento de produções acadêmicas que discutam indícios dos princípios orientadores para a formação continuada de professores, via Ensino Colaborativo, com vistas à inclusão de crianças com autismo.

2.1 Percurso Metodológico

Para realização da pesquisa recorreu-se a abordagem qualitativa que possibilita conhecer fenômenos da realidade social. A pesquisa qualitativa é compreendida a partir de Gatti e André (2013) enquanto abordagem que defende uma visão holística dos fenômenos, levando em consideração todos os componentes da situação investigada.

Enquanto procedimento de produção de dados recorreu-se a análise documental, fundamentada em Lüdke e André (2018, p. 45) como “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação”.

Adotou-se como procedimento de análise dos dados da Análise de Conteúdo via procedimento de análise temática fundamentada em Roque Moraes (1999), posto que através deste tipo de análise é possível acessar e tecer considerações acerca das temáticas peculiares produzidas pela pesquisa.

2.4 Princípios orientadores para a formação continuada de professores, via Ensino Colaborativo, com vistas à inclusão de crianças com autismo

Os resultados apresentados referem-se as análises parciais em desenvolvimento na construção de uma pesquisa maior no âmbito do mestrado, assim, os princípios orientadores são discutidos a partir da legislação brasileira sobre a formação continuada de professores com vistas à inclusão de crianças com TEA, sendo discutidas a partir da intersecção epistemológica com os conceitos professores iniciantes e Ensino Colaborativo.

O texto do art. 58 da Lei Brasileira de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB) entende por Educação Especial a modalidade de educação ofertada aos estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tendo por garantia o direito a serviços de apoio especializado quando necessário (Brasil, 1996, art. 58).

Nessa direção compreende-se que na perspectiva da Educação Inclusiva, uma vez que os estudantes público-alvo da Educação Especial são incluídos na classe comum, é importante que todos os recursos que podem beneficiar o processo de aprendizagem e inclusão vão com o estudante para a sala de aula, incluindo o professor especializado (Vilaronga, 2014).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), destaca que nesta perspectiva de atuação, a Educação Especial, a partir de uma atuação ampla na escola, “orienta a organização de **redes de apoio**, a **formação continuada**, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de **práticas colaborativas**” (Brasil, 2008, *grifo nosso*).

O desenvolvimento de práticas colaborativas viabiliza estratégias de formação continuada de professores para a criação de redes de apoio. Mendes, Almeida e Toyoda (2011), apontam que há na literatura sobre Educação Inclusiva diferentes estratégias que visam minimizar as barreiras de aprendizagem e construir uma escola inclusiva. Dentre estas estratégias, as autoras destacam a garantia da formação permanente, a valorização do professor e o estabelecimento de sistemas de colaboração e/ou de cooperação para o fortalecimento uma rede de apoio.

Essa última estratégia pode ser garantida via Ensino Colaborativo a partir da articulação entre professores que atuarão visando o desenvolvimento, a participação e a aprendizagem dos estudantes (Vilaronga, 2014). Na direção da formação continuada, o inciso X do art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, relata ser de incumbência do por público a “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos **programas de formação inicial e continuada** de professores e **oferta de formação continuada** para o atendimento educacional

especializado” (Brasil, 2015, *grifo nosso*).

A formação continuada também é contemplada no Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a oferta de atendimento educacional especializado (AEE), no entanto com apontamento mais específico que os demais textos citados sobre o público-alvo das formações, como posto no texto a seguir:

III - **formação continuada de professores**, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - **formação de gestores, educadores e demais profissionais** da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais; (Brasil, 2011, Art. 5ª, Incisos III e IV, *grifo nosso*).

A análise deste texto amplia o entendimento do art. 28 da LBI pois enfatiza a necessidade de formação para todos os atores do ambiente escolar que atuam com os estudantes, não apenas os professores do ensino comum e do AEE. Trazendo luz para a compreensão da Educação Especial enquanto modalidade transversal de ensino que atua também como apoio científico, metodológico e de estratégias para efetivação do paradigma da Educação Inclusiva, mas que não é responsável por si só pelo processo de inclusão, aprendizagem e escolarização dos estudantes com deficiência.

Quanto a Lei da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) não foi encontrada redação sobre a formação continuada de professores, entretanto esta Lei estabelece que para todos os efeitos legais, a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência (Brasil, 2012), logo o texto da LBI e demais leis referentes a pessoa com deficiência contempla também as pessoas com autismo.

Para além disso, em 2013, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, (SECADI) lançou a Nota técnica nº 24/2013 que traz orientações aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei Berenice Piana. Nesta nota destaca-se que as diretrizes da Lei 12.764/2012 coadunam com os objetivos da PNEEPEI, dentre eles formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação.

Destaca-se também a compreensão acerca da formação inicial e continuada trazida pelo documento: “A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista” (Brasil, 2013), visando diferentes estratégias de atuação por parte dos professores para contemplar as especificidades do TEA e garantir sua plena escolarização.

A nota técnica da SECADI também orienta que no processo de inclusão dos

estudantes com TEA é fundamental a articulação entre o ensino comum, o AEE e todos os serviços e atividades escolares, devendo ser mantida a interlocução entre professores da Educação Especial que atuam no AEE e professores das classes comum (Brasil, 2012).

No contexto deste estudo, defende-se que esta articulação seja realizada via Ensino Colaborativo, posto que esta filosofia de trabalho viabiliza não só a inclusão escolar de estudantes com TEA, mas possibilita também a formação continuada de professores, respondendo às dúvidas e acolhendo as incertezas dos profissionais, sobretudo de profissionais iniciantes, fomentando políticas de formação para estes professores tendo por finalidade a efetividade da cultura escolar inclusiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada identificamos que a formação continuada de professores para atendimento das especificidades da inclusão escolar está presente nos textos legais da Educação, devendo ser garantida, elaborada e disponibilizada pelo poder público.

No que se refere aos princípios orientadores para a formação para atuação de crianças com TEA, evidencia-se a Nota 24/2013 da SECADI que lista os objetivos da formação inicial e continuada de professores que atuam com esses estudantes. Tem ênfase também a perspectiva de articulação e colaboração no PNEEPEI (2008), abrindo espaço para se pensar a formação continuada de professores iniciantes via Ensino Colaborativo.

Assim sendo, os caminhos para formação continuada de professores iniciantes podem ser trilhados a partir da iniciativa das Universidades via pesquisa articulada com professores em atuação, na perspectiva de assumir o compromisso ético para com as Redes Municipais de Educação através do “triângulo acadêmico”: ensino, pesquisa e extensão (Vilaronga, 2014) tendo por finalidade contribuir significativamente para inclusão de crianças com autismo.

Palavras-chave: Professores Iniciantes; Formação Continuada; Ensino Colaborativo; Educação Inclusiva; Autismo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (**APA**) DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional **Lei número 9394/96**, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. **Ministério da Educação e Cultura**. Brasília, MEC: 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

BRASIL. **Nota Técnica nº 24/2013**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Diretoria de Políticas de Educação Especial. Brasília, DF: 2013.

BRASIL. **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: 2015.

ALMEIDA, Maria Isabel de. Formação continuada de professores: múltiplas possibilidades de inúmeros parceiros. **Perspectivas em formação de professores**. Manaus: Valer, 2007.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2921>. Acesso em: 08 jun. 2024.

GLAT, Rosana. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 9-20, 2018.

GATTI, Bernadete. ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa

em Educação no Brasil. In.: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (Orgs.) **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GOUVEIA, Ray-Ila W. S. F.; FRANCO, M. J. do N.; ROCHA, S. A. da; DOMINGUES, I. M. C. S. Casos de ensino como possibilidades de mediação na prática docente de professores iniciantes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 53, p. e10334, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10334>. Acesso em: 07 jul. 2024.

HUBERMAN, Michael. O Ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 2013. p. 31-61.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Editora E.P.U, 2018.

MARCELO GARCIA, Carlos. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal: Porto Editora, 1999.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. EdUFSCar, 2022.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3103>. Acesso em 08 jun. 2024.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

VEENMAN, Simon. El proceso de llegar a ser profesor: un análisis de la formación inicial. In: VILLA, Alberto (Coord.). **Perspectivas y problemas de la función docente**. Madrid: Narcea, 1988. p. 39-62.

VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Colaboração da Educação Especial em sala de aula: Formação nas práticas pedagógicas do coensino**. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2934>. Acesso em: 07 jun. 2024.
